

## 20 anos da lei 10.639/2003 e pesquisas na educação física escolar na Bahia

20 years of law 10.639/2003 and research in school physical education in Bahia

Tawan Ricardo de Jesus Silva

Adricia Santos da Silva

Gislene Pereira Santos

Samara Almeida Costa

Vitor Cardoso Lima

Carlos Luis Pereira

**Resumo:** O objetivo deste estudo é verificar e analisar a quantidade de trabalhos publicados com esta temática, com especial atenção às aulas de Educação Física no âmbito escolar. Esse trabalho justifica-se diante da obrigatoriedade da aplicabilidade da lei 10.639/03 no âmbito escolar. Métodos: Esse estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa, classificada como estado da arte. Utilizou-se como estratégia metodológica a busca de artigos, monografias, teses e dissertações que tivessem relação com o cumprimento da lei 10.639/2003 nas aulas de Educação Física na Bahia, no contexto da Educação Básica, na base de dados “Google acadêmico”, “Repositório UFBA” e “Repositório Institucional UNIMAM”. Resultados e discussão: Foram encontrados 9 trabalhos que incitava a aplicação da lei 10.639/2003 através dos conteúdos nas aulas de Educação Física no contexto baiano (8 monografias e 1 artigo). Destes, 89% tinham relação com o Ensino Fundamental II e 11% com o Ensino Médio; não foram achados trabalhos relacionados à Educação Infantil e Fundamental II. Conclusão: Há poucos trabalhos publicados no contexto baiano que tenham relação com a Educação Física, a lei 10.639/03 e às etapas da Educação Básica. É necessário (re)pensar sobre a inclusão dos saberes afro-brasileiros neste ambiente e nas aulas de Educação Física escolar que compartilham de diversas culturas e etnias.

**Palavras-chaves:** Lei 10.639/2003; Educação Física; Educação Básica; Bahia.

**Abstract:** The aim of this study is to verify and analyze the number of works published on this subject, with special attention to Physical Education classes in schools. This work is justified by the mandatory applicability of law 10,639/03 in the school context. methods: This study is characterized as qualitative research, classified as state of the art. The methodological strategy used was to search for articles, monographs, theses and dissertations related to compliance with Law 10.639/2003 in Physical Education classes in Bahia, in the context of Basic Education, in the "Google Scholar" "database, UFBA Repository" and "UNIMAM Institutional Repository". Results and discussion: 9 studies were found that encouraged the application of Law 10.639/2003 through the content of Physical Education classes in Bahia (8 monographs and 1 article). Of these, 89% were related to Primary School II and 11% to Secondary School; no papers were found related to Early Childhood Education or Primary School II. Conclusion: There are few studies published in Bahia that are related to Physical Education, Law 10.639/03 and the stages of Basic Education. It is necessary to (re)think about the inclusion of Afro-Brazilian knowledge in this environment and in school Physical Education classes that share diverse cultures and ethnicities.

**Keywords:** Law 10.639/2003; Physical Education; Basic Education; Bahia.



## Introdução

A Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representa um marco significativo na busca pela valorização da cultura afro-brasileira e africana no contexto educacional. Ao completar duas décadas desde sua promulgação, é imperativo avaliar como suas diretrizes têm sido implementadas, especialmente no cenário educacional do estado da Bahia. Este artigo se propõe a explorar os desafios enfrentados na incorporação da Lei 10.639/2003 nas escolas baianas, com um enfoque particular nas aulas de Educação Física.

Quando falamos da realidade da população negra, estamos nos referindo a pessoas que ainda enfrentam significativas barreiras em relação ao acesso e permanência na escola, devido à sua origem, cor de pele e condições socioeconômicas. As desigualdades na escolarização da população brasileira ainda persistem, apresentando melhorias, porém lentas. Entre 2001 e 2012, a escolaridade média da população preta ou parda aumentou de 5,2 anos para 7,1 anos, quase alcançando a escolaridade dos brancos em 2001, que já era de 7,3 (CONSELHO, p. 32).

No contexto educacional, a abordagem da disciplina de História nas escolas brasileiras pode contribuir para acentuar o preconceito e perpetuar a homogeneização da população, conforme destacado nas "Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola". Essas diretrizes ressaltam a importância de superar concepções simplistas sobre os quilombos, enfatizando que a compreensão dessas comunidades evoluiu ao longo do tempo. Insistir em visões redutoras não apenas apaga a rica história afro-brasileira, mas também fortalece estruturas racistas, exercendo um impacto negativo na autoestima de jovens negros. Torna-se imperativo, portanto, adotar abordagens mais inclusivas e representativas no ensino, visando não apenas à correção de distorções históricas, mas também à promoção de uma educação que celebre a diversidade cultural.

A escravidão no Brasil foi indubitavelmente um episódio marcado por crueldades profundas. Entretanto, parte da população brasileira parece negligenciar essa faceta dolorosa da história nacional. É crucial destacar que



os professores desempenham um papel fundamental ao abordar questões raciais em suas aulas, pois o conhecimento emerge como uma poderosa ferramenta contra o racismo. Nesse sentido, as reflexões de Cardoso (2000), citado por Munanga (2005, p. 9), ressalta que não há preconceito racial que possa subsistir à luz do conhecimento e ao estudo objetivo. Em diversas áreas, o saber se revela como a melhor resposta. A história evidencia isso, como exemplificado pelo nazi-fascismo, que, de maneira simbólica, buscava apagar a luz dos livros. A mensagem é clara: investir no conhecimento é essencial para dismantelar preconceitos e construir uma sociedade mais justa e esclarecida.

A justificativa deste trabalho é abordar as questões relacionadas à implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas, destacando a importância de romper com estereótipos negativos e promover uma abordagem positiva da cultura afro-brasileira. O estudo busca contribuir para pensar em perspectivas de efetivação dos pressupostos da lei, considerando a relevância de trabalhar o protagonismo negro e superar manifestações de racismo no ambiente escolar. A Lei 10.639 de nove de janeiro de 2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História da Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e particulares do Brasil.”

A pergunta problema que orienta a pesquisa é: de que forma a Lei 10.639/2003 é implementada nas escolas da Bahia, no que tange ao ensino da história da cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física? Esta pergunta visa avaliar de forma específica como as escolas na Bahia estão implementando a Lei 10.639/2003 no que diz respeito ao ensino da história da cultura afro-brasileira, oferecendo uma visão mais aprofundada sobre o cumprimento dessa legislação em um contexto regional específico.

O objetivo primordial deste estudo é verificar e analisar a quantidade de trabalhos publicados com esta temática, com especial atenção às aulas de Educação Física no âmbito escolar. Para alcançar essa meta, propomos duas investigações específicas: a primeira visa examinar a abordagem da cultura afro-brasileira nas escolas, identificando estereótipos e lacunas; a segunda busca avaliar em que medida as instituições incorporam os preceitos da Lei



10.639/2003 no cotidiano, nas relações e nos modos de funcionamento. Este estudo não apenas busca identificar desafios, mas também visa contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais, promovendo uma reflexão crítica sobre a efetividade da legislação no contexto educacional baiano.

## Referencial teórico

### **Documentos articuladores e sua relação com a educação física e a história e cultura afro-brasileira**

A Lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes educacionais para todo o território nacional, sendo obrigatória em estados e municípios (Lei 10.639/2003). Essa conquista implicou mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 2008, regulamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) através da resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Antes dessa alteração, a LDB mencionava a consideração das contribuições das diferentes culturas na formação do povo brasileiro, sem obrigatoriedade específica (LDB, Art. 26 § 4º).

Posteriormente, o Artigo 26-A foi incluído na LDB, tornando obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira em todas as escolas. Isso abrange o estudo da História da África, a cultura negra brasileira e o papel dos negros na formação da sociedade, integrados ao currículo, principalmente em áreas como Educação Artística e Literatura e História Brasileiras (LDB lei 11645/08, Artigo 26-A).

Em 2012, a Unesco constatou que a abordagem étnico-racial na prática pedagógica não era uniforme para implementação da lei nas escolas. No entanto, em 2017, o relatório da CNE/UNESCO indicou que a maioria dos planos estaduais de educação estava alinhada com o Plano Nacional de Educação (PNE), enfatizando a obrigatoriedade do cumprimento da lei (Silva, 2022; Gomes, 2012). O PNE, com suas 20 metas, busca reduzir desigualdades e valorizar a diversidade, mas a Meta 8, apesar de mencionar o termo "negro", carece de estratégias claras para a implementação da história e cultura afro-brasileira (Brasil, 2014).



Mesmo referenciando a Lei 10.639/03, o documento do PNE apresenta de forma limitada os conteúdos previstos, estabelecendo a necessidade de incluir conteúdos sobre a história e culturas afro-brasileira e indígena, mas sem detalhar estratégias específicas para sua efetivação (Brasil, 2014), principalmente na Bahia um estado com mais de 80% da população autodeclarados negros e pardos (Torres, 2023). Dessa forma a luta por uma educação antirracista persiste, inclusive no campo da Educação Física, que deve basear suas práticas na Lei 10.639/2003.

Já na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) direciona a prática educação que valorize a diversidade, o respeito aos direitos humanos para o exercício da cidadania. Quando aborda a educação física como a BNCC aborda as práticas corporais em suas variadas dimensões inclusive as produzidas pelos diversos grupos sociais ao longo do tempo (BNCC, 2018). Possibilitando que os conteúdos do componente curricular caminhem no sentido de responder as demandas sociais negadas durante muito tempo a este grupo antes silenciado.

### **Educação e diversidade étnico-racial: concepções curriculares**

O currículo, ao decorrer de sua construção e modificação histórica e, enquanto documento com dados relacionados a formação, deixou de ter seu significado restrito apenas a técnica e aos procedimentos infiltrados sobre ele e passou a assumir uma nova postura visando a diversidade cultural e questões sociais capaz de reescrever o conhecimento escolar (Moreira; Candau, 2006).

Desse modo, Tanner (1975) indaga que o currículo é definido como:

Conjunto de experiências de aprendizagem planejadas, bem como de resultados de aprendizagem previamente definidos, formulando-se umas e outros mediante a reconstrução sistemática da experiência e conhecimento humanos, sob os auspícios da escola e em ordem ao desenvolvimento permanente do educando nas suas competências pessoais e sociais (TANNER, 1975, p.32).

Logo, o documento supracitado é responsável por orientar os educadores no que diz respeito a formação de um indivíduo consciente de sua realidade e envolvido nos processos sociais por meio de sua relação com a



instituição escolar. À vista disso, a inclusão da história do Brasil em ambientes de ensino sob perspectiva decolonial, vislumbrando o protagonismo negro, é uma necessidade do tempo contemporâneo (Brussio; Magalhães, 2022).

Compreendendo a relevância do currículo para o constructo social diversificado do indivíduo, é necessário incluir e discutir neste documento a inserção de questões raciais pouco contemplados em ambientes escolares ou muitas vezes restritos apenas a datas específicas destinadas às discussões (Silva, 2022).

Mesmo sendo respaldado pela lei nº10.639/2003, que torna obrigatório a inclusão da temática “história e cultura afro-brasileira” na Rede de Ensino, a sua discussão não tem sido difundida no ambiente escolar. Nesse sentido, compreende-se que a escola possui distintos currículos em sua instituição: o currículo formal (estabelecidos pelo sistema de ensino e categorizados em diretrizes curriculares); o currículo real (aquele que acontece em sala de aula, com foco nas ideias e práxis dos professores); e o currículo oculto (que não está expresso claramente, seja prescrito no planejamento, embora seja relevante para o ensino-aprendizagem) (Libâneo; Oliveria; Toschi, 2003).

Desse modo, compreende-se que as questões raciais pouco difundidas na Instituição Escolar está presente em sua maior parte no bojo curricular do currículo formal, alicerçado em leis, diretrizes e documentos que norteiam sua inclusão nesse ambiente, mas tendo pouca aplicabilidade no currículo real (Gomes; Madeira, 2016).

O currículo educacional deve ser visto como um campo de produção simbólica cultural, portanto, não deve ser compreendido como transmissor de uma cultura produzida em outro local e/ou outros indivíduos, mas sim deve ser classificado como parte integrante e ativa de um processo em desenvolvimento de significados, de agentes, de produção e criação de sentidos (Moreira; Silva, 2002).

Justamente por isso que Silva (1999) estabelece a necessidade de contrapor os modelos hegemônicos impregnados sobre os currículos e dialoga sobre a construção de um documento de identidade pautado em teorias pós-



críticas, propondo-se a dar enfoque as questões raciais e étnicas presentes no contexto sociocultural.

### **Base nacional comum curricular (bncc) da educação física e diversidade**

A Educação Física desempenha um papel crucial na vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento físico, mental e social. A prática regular da atividade física vem ganhando importância pelos seus vários benefícios para o corpo humano como fortalecer os músculos, melhorar a resistência cardiovascular, controlar o peso e reduzir o risco de doenças crônicas, como diabetes e doenças cardíacas Francatto et al. (2016). Sendo assim a Educação Física é uma disciplina indispensável para a promoção de saúde nas escolas Ferreira (1992) desde sua educação básica até o ensino médio. No documento da base curricular os componentes curriculares, entre eles a educação física, têm o papel de assegurar ao aluno essa formação, conforme está claramente apresentado nos objetivos de aprendizagem. Por essa razão a disciplina de educação física foi incorporada a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento elaborado pelo Ministério da Educação que conceitua quais são as aprendizagens essenciais que os alunos brasileiros precisam desenvolver ao longo de sua jornada educacional. O objetivo é que, independentemente das diferenças sociais ou culturais, todos os estudantes tenham seus direitos de acesso ao conhecimento preservado. Conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a BNCC deve nortear no desenvolvimento dos currículos das redes municipais, estaduais e federal sejam elas públicas ou privadas. Ela é uma balizadora da qualidade da educação nas escolas públicas e particulares de todo o país.

Na educação infantil o documento é dividido por campos de experiências uma vez que os movimentos nessa fase são tidos como construção de capacidades através das experiências da criança (Brasil). No ensino fundamental a Base Curricular se divide em cinco áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino



Religioso. Uma das grandes mudanças para a Educação Física é a sua inserção na área de Linguagens e suas tecnologias, a educação física assume, além do aspecto físico, um papel sociocultural importante no desenvolvimento dos alunos, pois além dos próprios movimentos a serem trabalhados em determinada prática, as expressões culturais também passam a ser objeto de conhecimento da educação física.

Os conteúdos abordados dentro da educação física no Ensino Fundamental são divididos em seis unidades temáticas que aparecem ao longo de todo o Ensino Fundamental são elas: as brincadeiras e jogos, tradicionais e populares, transmitidos de geração em geração; as danças, que são caracterizadas por movimentos rítmicos (passos e evoluções) e movimentos rítmicos musicais, centrados na sociabilidade e diversão; os esportes, que são práticas orientadas pela comparação entre adversários, regido por regras formais e institucionalizadas que devem ser ensinadas como prática social, passível de recriação pelos envolvidos em sua prática; as ginásticas, que envolvem ginástica de demonstração, de condicionamento físico e de conscientização corporal; as lutas, que envolvem artes marciais, lutas tradicionais, de combate e defesa pessoal; e as práticas corporais de aventura, na natureza e no meio urbano, que sejam desafiadoras e provoquem vertigem e risco controlado.

De acordo com o documento curricular é fundamental que os estudantes possam vivenciar o maior número possível de práticas corporais, e assim estejam preparados para lidar com a diversidade existente. Será a partir dessas experiências que os estudantes enquanto cidadãos poderão ressignificar a própria cultura. Importante destacar que ao refletir sobre os valores inerentes as práticas, os mesmos estarão aptos a desenvolver habilidades socioemocionais ao vivenciá-las.

## **Metodologia**

Essa pesquisa, de natureza qualitativa, classifica-se como estado da arte. A pesquisa denominada estado da arte é uma abordagem metodológica que se distingue por seu enfoque abrangente e pela revisão minuciosa da



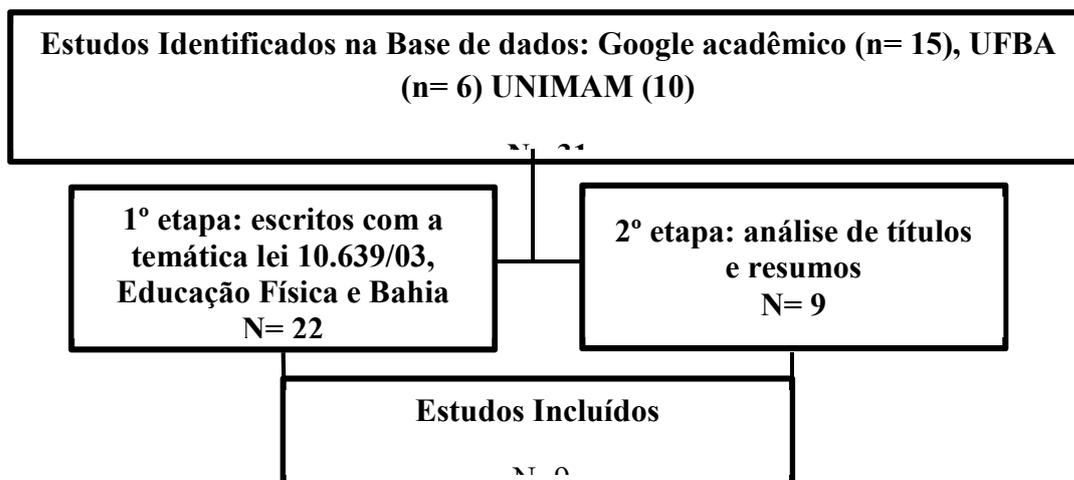
literatura existente em um determinado campo de estudo. Segundo Brandão (1986), essa metodologia tem o propósito de oferecer uma visão panorâmica das contribuições acadêmicas, identificar o estado atual do conhecimento, destacar lacunas na pesquisa e apontar as tendências emergentes em um campo específico.

Como estratégia metodológica, foi efetuado a busca de escritos relacionados a aplicabilidade da lei 10.639/2003 na Bahia, que tivesse relação com a Educação Física Escolar. Para busca dos artigos, monografias, dissertação de mestrado e teses de doutorado utilizou-se como base de dados o google acadêmico, repositório Institucional da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e Repositório Institucional do Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM). A busca na literatura ocorreu no entre o ano de 2003 até o ano de 2023 (20 anos da lei 10.639/2003). Para busca dos estudos utilizou-se os seguintes descritores nas respectivas bases de dados: lei 10.639/2003; cultura afro brasileira; cultura corporal de movimento; educação básica; relações étnico-raciais; juntamente com os termos “Educação Física” e “Bahia”, visando publicações com a referida temática na área e Estado anteriormente citados.

Conforme a figura 01, a seleção dos arquivos ocorreu em duas etapas. Primeiramente, selecionou-se o quantitativo de artigos que tivessem relação com a lei 10.639/03, Educação Física e Bahia, sendo selecionada 31 pesquisas. Na primeira etapa, selecionou-se escritos que citassem a lei 10.639/2003, Educação Física e Bahia. Após a leitura e análise do título e resumo, houve uma análise criteriosa ao qual sucedeu exclusão de artigos, dissertação ou teses em que a educação física e/ou as relações étnico-raciais eram discutidas, no entanto fora do contexto escolar, permanecendo o quantitativo final de 9 estudos.



Figura 01: Desenho da seleção e exclusão dos escritos previamente selecionados.



Fonte: dados do autor, 2023.

## Resultados e discussão

O desenvolvimento de pesquisas na área da educação física no território baiano com a temática da cultura afro-brasileira no período de 2003 até o ano de 2023 segue com um quantitativo reduzido de publicações. Na Quadro 01 é exibido os trabalhos encontrados, com nome do autor, afiliação, tipo do estudo, em qual etapa da Educação Básica ele foi aplicado, qual/quais conteúdos eram abordados e se o trabalho era voltado à investigação (saber se a lei está sendo aplicada e como está sendo aplicada) ou proposição (indicar sugestão de como trabalhar a lei 10.639/03 nas aulas de Educação Física).

Quadro 01. Mapeamento das pesquisas em educação física escolar e lei 10.639/2003 na Bahia.

Nome do(s) autor(es) e ano de publicação	Afiliação	Tipo de estudo	Etapa da Educação Básica	Conteúdo	Tema:	
					Investigação	Proposição
Santos, Geferson Conceição dos (2015)	UNIMAM	Monografia	Ensino Fundamental II	Capoeira	X	

Marques, Urania da Costa. (2016)	UFBA	Artigo	Ensino médio	Capoeira	X	
Tosta, Matheus de Novaes. (2017)	UNIMA M	Monografia	Ensino Fundamental II	Capoeira	X	
Silva, Fausto de Santana da. (2022)	UNIMA M	Monografia	Ensino Fundamental II	Capoeira		X
Silva, Walesson Santos. (2022)	UNIMA M	Monografia	Ensino médio	Capoeira	X	
Araújo, Angel de Araújo. (2022)	UNIMA M	Monografia	Ensino Fundamental II	danças afro-brasileiras	X	
Santana, Thais Conceição. (2023)	UNIMA M	Monografia	Ensino Fundamental II	jogos de matriz africana	X	
Mascarenhas, Gabriel de Melo. (2022)	UNIMA M	Monografia	Ensino Fundamental II	Capoeira	X	
Santos, Filipe da Anunciação dos. (2021)	UNIMA M	Monografia	Ensino Fundamental II	Capoeira	X	

Fonte: dados do autor, 2023.

A partir do quadro exibido foi possível constatar que o número de publicação não atinge um quantitativo expressivo, mesmo com a lei 10.369/03 completando 20 anos no ano de 2023, sendo encontrados na totalidade 9 arquivos. O ano de 2022 foi o período em que mais houve publicações. Em alguns anos, não foram encontrados trabalhos que estivessem de acordo com os critérios pré-estabelecidos (Gráfico 1).



Na Bahia, em que a população majoritária é negra/pardo (Torres, 2023) faz-se necessário a inclusão dos saberes da cultura afro-brasileira que pode contribuir para o fortalecimento desta cultura. No entanto, na primeira análise de arquivos, notou-se que alguns dos achados –excluídos por não atender os critérios– estão restritos à debates teóricos, sem articulação com as diferentes etapas da Educação Básica, o que exhibe a problemática de sua inclusão e reflexão dentro deste ambiente, nas aulas de Educação Física e, sobretudo, no contexto baiano.

Desse modo, é preciso repensar na curricularização da Instituições escolares. A partir da expressividade dos dados numéricos, torna-se viável conhecer o destringir o currículo escolar e verificar como as escolas e os componentes estão utilizando da lei que torna obrigatório a inclusão da história e cultura afro-brasileira nestes espaços de conhecimento. Justamente por isso orienta Silva (1999) orienta que, o currículo enquanto documento de identidade deve proporcionar o diálogo pautado em uma teoria pós-colonialista, vislumbrando a análise das relações de poder, heranças econômicas, políticas e culturais provenientes da conquista colonial europeia.

Gráfico 01: quantitativo de trabalhos publicados por ano.



Fonte: dados do autor, 2023.

Quanto ao tipo de estudo, a maioria dos trabalhos publicados estão no formato de monografia caracterizando oito (08) estudos no total. De outro lado, encontrou-se em formato de artigo apenas um (01) estudo e nenhum trabalho de dissertação ou tese. Além disso, grande parte dos estudos são de

investigação. Estudos como Santana (2023), Araújo (2022), Mascarenhas (2022) e Santos (2021) buscaram compreender como era desenvolvido os trabalhos em consonância com a lei nas aulas de Educação Física no ambiente escolar. Logo, quantitativo de trabalhos que propunha alguma atividade que poderia ser aplicável nas aulas de Educação Física mostrou-se reduzido (11%) (gráfico 02).

Gráfico 02: objetivo do tema.



Fonte: dados do autor, 2023.

Ademais, acerca da etapa da Educação Básica ao qual o trabalho foi desenvolvido, foi possível constatar a prevalência de publicações na área do Ensino Fundamental II (89%) e, em seguida, Ensino Médio (11%). Não foram encontradas publicações que trabalhasse a temática cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física no contexto baiano na Educação Infantil. Isso mostra certa fragilidade no desenvolvimento social do aluno.

O ensino das questões étnicas, mesmo que de forma lúdica pode proporcionar diversos benefícios na construção social do indivíduo e, executar esse trabalho desde a educação infantil irá refletir na constituição histórica do seu País e no respeito as diferenças (Raimundo; Terra, 2021). Essa problemática também se relaciona com a baixa inserção dos profissionais de Educação Física no ambiente citado anteriormente, que ainda permanece sendo uma realidade almejada (Cavalaro; Muller, 2009)

Ao tratar dos conteúdos da área da Educação Física articulados juntamente com a aplicabilidade da lei 10.639/003, o gráfico 03 mostra que a maioria dos escritos estão relacionados com a temática capoeira (sete trabalhos). Seguidamente, são aplicados juntamente com a dança afro (um

trabalho) e, por último, jogos africanos (um trabalho). Esses dados mostram que, mesmo com o leque de possibilidades de atividades, conforme a BNCC e os PCN's orientam, a dança segue sendo menos utilizada até mesmo quando relacionado à cultura afro. Um estudo desenvolvido por Santos et al. (2020) mostra que a abordagem da dança afro-brasileira como forma de conhecimento não foi evidenciada e os professores pouco compreendem sobre o conteúdo dança ou cultura afro-brasileira.

Adicionalmente, outro objeto de estudo pouco investigado e com poucas ações no contexto baiano são os jogos de matrizes africanas. A inclusão desses saberes nas aulas de Educação Física já tem se mostrando ser uma ferramenta eficaz para a legitimação da temática “história e cultura afro-brasileira”, no entanto sua inclusão ainda se segue de forma lenta e parcial no contexto escolar (Santos, 2021).

Gráfico 03: conteúdos abordados nos trabalhos.



Fonte: dados do autor, 2023.

## Conclusão

Este estudo exibiu dados preocupantes em relação ao número de trabalhos encontrados no contexto baiano. Desse modo, esta pesquisa conclui que, mesmo com a lei 10.639/03 completando 20 anos desde sua obrigatoriedade, foi possível constatar que há poucos trabalhos que inter-relacionam a lei 10.639/03 e a Educação Física escolar na Bahia. Sendo em sua grande parcela constituída por negros e pardos, é necessário ampliar as discussões nessa região, para efetivar o cumprimento da lei supracitada.

Além disso, nota-se que a maioria dos trabalhos são de caráter investigativos e, em contrapartida, a minoria propositiva. Diante do exposto, é

necessário vislumbrar o aumento de publicações que orientam de que forma a lei pode ser aplicada, através de distintas práticas corporais indicadas pelos documentos articuladores, nas aulas de Educação Física.

### Limitações do estudo

A pesquisa possui limitação enquanto a precisão das informações coletadas. A estratégia metodológica utilizada não abrange outras bases de dados, se não àquelas citadas no corpo do trabalho. Desse modo, a pesquisa restringe-se apenas a um quantitativo de estudos publicados em algumas fontes, não sendo possível quantificar em todas as bases de dados existentes na Bahia. Além disso a busca por escritos e análise de dados podem ser subjetivas em decorrência da interpretação dos autores.

### Referências

ARAÚJO, Angel de Araújo. O trato com o conhecimento das danças afro-brasileiras no ensino fundamental, anos finais, da rede municipal de Governador Mangabeira-BA. **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira - BA , 2022.

BOELTER, Silvana Ticiani da Silva. O uso de jogos de origem africana e afrodescendentes como estratégia pedagógica nas aulas de educação física. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Programa de desenvolvimento educacional – PDE**, 2016.

BRASIL. Bahia apresenta o maior número de negros. – [SEMUR](http://www.semur.ba.gov.br) . disponível em: [www.salvador.ba.gov.br](http://www.salvador.ba.gov.br)

BRASIL. Lei N° 10639. **Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro – Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional Curricular Comum**. Disponível em:<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf), acesso em 21/11/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília. MEC/SEB/DICEI, 2013, p.476-493.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino.**



BRASIL. Ministério da educação. **Base nacional comum curricular**.brasilia:mec, 2018.

BRUSSIO, J. C., & MAGALHÃES, R. S. (2022). Educação para as relações étnico-raciais: Reflexões para uma via de luta antirracista a partir da Lei 10.639/2003 e da epistemologia decolonial no ensino. *Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros*, 5(13). <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n13.2022.28>

CAVALARO, A. G., & MULLER, V. R.. (2009). Educação Física na Educação Infantil: uma realidade almejada. *Educar Em Revista*, (34), 241–250. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000200015>

CONSELHO de Desenvolvimento Econômico e Social. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil: Relatório de observação nº 5**. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2014. 60 p. 1. Escolarização no Brasil 2. Desigualdades 3. Monitoramento. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica. Brasília, **MEC/ SEB/DICEI**, 2013, p.476-493.

ÉTNICO-RACIAIS: Reflexões para uma via de luta antirracista a partir da Lei 10.639/2003 e da epistemologia decolonial no ensino. *Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros*, 5(13). <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n13.2022.28>

FERREIRA NT. Imaginário social e educação. Rio de Janeiro: **Gryphus** - Faculdade de Educação da UERJ, 1992.

FRANCATTO, C. E., REGGIOLLI, R. M., MALDONADO, R. R., OLIVEIRA, S. D. A utilização de creatina por praticantes de musculação em academias na cidade de Mogi Mirim – SP. *Revista Ciencia & Inovação – FAM*. V.3, n.1 p.35, 2016.

GOMES, G. T.; MADEIRA, J. C. Uma breve análise do currículo formal e real: práticas educativas e a lei 10.639/03. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, num.5, vol.3, jul/dez. 2016.

GOMES, Nilma Lino Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. **UNESCO Office in Brasília** [839], Brasil. Ministério da educação. 2012. 421p.

Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>

LIBÂNIO, José Carlos, Oliveira, João Ferreira de: Tosch, Myrja Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**, São Paulo: Cortez, 2003.



MARQUES, U. da C. (2016). Diversidade e identidade cultural: A relação das aulas de Educação Física e a religiosidade na escola. **Anais Dos Simpósios Da ABHR**, (2). Recuperado de <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/1321>

MASCARENHAS, Gabriel de Melo. O trato com o conhecimento da capoeira na educação escolar: um estudo sobre a organização do trabalho pedagógico da educação física nas escolas de ensino fundamental anos finais da rede municipal de Cruz das Almas - BA. **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira - BA , 2022.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. In: MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o Racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. tradução de Mana Aparecida Baptista - 6. ed. - São Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. **MEC/SASE**. Brasília, 2014b

RAIMUNDO, A. C.; TERRA, D. V. Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: a história de sophia. **Movimento**, [S. l.], v. 27, p. e27018, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.108168. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/108168>. Acesso em: 22 nov. 2023

SANTANA, Thais Conceição. O conteúdo jogos de matriz africana nas aulas de educação física no ensino fundamental II (anos finais), no município de Governador Mangabeira-BA . **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira - BA, 2023.

SANTOS, Filipe da Anunciação dos. O ensino da capoeira e seus elementos culturais, como conteúdo da educação física, nas escolas municipais de Governador Mangabeira-BA. **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira - BA , 2021.

SANTOS, Geferson Nere dos. Contribuição à crítica ao trato com o conhecimento da capoeira no programa mais educação nas escolas públicas no município de São Felipe – BA. **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira - BA , 2015.

SANTOS, Helenilson dos. O Jogo Mancala: Uma Estratégia Para Abordar A Africanidade Nas Aulas De Educação Física. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 03, Vol. 13, pp. 72-90. Março de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de



acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/jogo-mancala>

SANTOS, K. B. dos, Bona, B. C. de, & Torriglia, P. L. (2020). A cultura afro-brasileira e a dança na Educação Física escolar. **Motrivivência**, 32(62), 01–20. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e66197>

SILVA, Fausto de Santana da. Realidade e possibilidades do trabalho pedagógico com o conteúdo capoeira nas aulas de educação física do ensino fundamental II da rede pública da cidade Muritiba- Bahia. **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira - BA, 2022.

SILVA, Walesson Santos. O trato com o conhecimento da capoeira no ensino médio, na rede estadual de ensino do município de Muritiba-BA: concepções de uma professora. **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira - BA, 2022.

SILVA, Francisco de Assis Cruz da. O ensino de história: uma análise a aplicabilidade da lei 10.639/03 que implementa o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica.. In: **Anais do X Seminário Nacional EDUCA PPGE/UNIR**. Anais...Porto Velho(RO) UNIR, 2022. Disponível em: <https://encr.pw/2azmQ>. Acesso em: 14/11/2023.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156p.

TANNER, Daniel; TANNER, Laurel. **Curriculum development: theory into practice**. New York: Macmillan, 1975.

TORRES, Alex. **Bahia é o estado com população mais negra do Brasil; veja os números**. **Bnews**, 2023. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/geral/bahia-e-o-estado-com-populacao-mais-negra-do-brasil-veja-os-numeros.html>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

TOSTA, Matheus de Novaes. Um estudo sobre o ensino do conteúdo capoeira nas aulas de educação física anos finais no ensino fundamental do município de Muritiba – Ba. **Repositório Institucional UNIMAM**. Governador Mangabeira – Ba, 2017.

## Sobre os autores

### Tawan Ricardo de Jesus Silva

tawanricardo76@hotmail.com

Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- Campus X. Teixeira de Freitas- Ba, Brasil.

### Adricia Santos da silva

drica\_ferraz@hotmail.com



Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- Campus X. Teixeira de Freitas- Ba, Brasil.

**Gislene Pereira Santos**

mundogiz\_@hotmail.com

Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- Campus X. Teixeira de Freitas- Ba, Brasil.

132

**Samara Almeida Costa**

sc0721611@gmail.com

Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- Campus X. Teixeira de Freitas- Ba, Brasil.

**Vitor Cardoso Lima**

vitorcardoso15@hotmail.com

Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- Campus X. Teixeira de Freitas- Ba, Brasil.

**Carlos Luis Pereira**

carlosluispereira\_331@hotmail.com

Licenciado em Educação Física, pedagogia, Ciências biológicas e matemática. Mestre e Doutor em Ensino de Ciências e Matemática. Phd no Programa de Pós Graduação em Ensino na Educação Básica –UFES– CEUNES. Professor da UNEB, Campus X, Teixeira de Freitas- Ba.

